



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELIZABETH ALÉXA OLIVEIRA SILVA

**A PRÁXIS TRANSFORMADORA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES
AUTOBIOGRÁFICAS**

SALGUEIRO- PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELIZABETH ALÉXA OLIVEIRA SILVA

**A PRÁXIS TRANSFORMADORA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES
AUTOBIOGRÁFICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profº. Doutor Fabrício Duim Rufato

SALGUEIRO - PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Elizabeth Aléxa Oliveira.

A PRÁXIS TRANSFORMADORA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS / Elizabeth Aléxa Oliveira Silva. - Salgueiro, 2026.
37 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.
Orientação: Prof. Dr. Fabrício Duim Rufato.

1. Educação. 2. Práticas Educativas. 3. Práticas Pedagógicas. 4. Práxis Transformadora. 5. EPT. I. Título.

CDD 370



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS PETROLINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELIZABETH ALÉXA OLIVEIRA SILVA

**A PRÁXIS TRANSFORMADORA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES
AUTOBIOGRÁFICAS**

Relatório de Formação apresentado ao curso Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IF SertãoPE, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 07 / 03 / 2026

NOTA: 9.1

BANCA EXAMINADORA

**Fabricio Duim Rufato
Prof.(a) IF Sertão
Pernambucano**

**Omar dos Santos Silva
Prof.(a) UNIMEO**

**Fernando Arthur Gregório
Prof.(a) UNIMEO**

**SALGUEIRO - PE
2026**

Dedico essa pesquisa a minha mente pensante e inquieta por conhecimentos.

AGRADECIMENTO

Faço um pequeno agradecimento, primeiramente ao meu Deus, as forças que creio e minha mãe d'água por me sustentarem espiritualmente e mentalmente todos os dias com a minha fé, crença, coragem, determinação e amparo.

Agradeço a minha família pelo berço e vínculo familiar, a minha mãe, minha filha, meu irmão, meu pai e meu companheiro, e entre outros parentes e amigos que me auxiliaram nessa caminhada árdua de conhecimentos na academia, no meio pessoal e profissional.

Aos profissionais, tutores e orientadores da educação que fizeram e fazem parte do corpo docente da Especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no polo de ensino de Salgueiro. E ao meu orientador Prof^o. Doutor Fabrício Duim Rufato pela orientação no decorrer do corpo textual da pesquisa acadêmica.

Meus agradecimentos a todos e todas.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto o ensino continua buscando, procurando. Ensino por que busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo Freire, 1996, p. 32, apud Castaman; Ferreira, 2025, p. 11.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma síntese reflexiva sobre a formação na Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O texto articula a trajetória de vida da autora, natural do interior de Pernambuco, filha e neta de artesãos e agricultores, com a necessidade de uma educação que supere modelos tecnicistas e eurocêntricos, promovendo uma prática pedagógica humana e transformadora. A finalidade deste estudo é refletir sobre a construção da identidade docente/discente e as metodologias aplicadas ao ensino profissional. O objetivo geral consiste em analisar as práticas didáticas e pedagógicas desenvolvidas durante a formação na Docência da EPT no IFSertãoPE. Os objetivos específicos compreendem: descrever as práticas escolares e sociais efetivadas no curso; relacionar as transformações sociais e educacionais com a realidade da EPT; e refletir sobre as experiências, desafios e aprendizagens da trajetória pessoal com a EPT. A problemática analisa as práticas didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas, considerando os aspectos interdisciplinares e inclusivos que assegurem o acesso, a permanência e o êxito escolar de jovens, adultos e idosos. O estudo questiona as lacunas nas políticas públicas e a carência de práticas interdisciplinares e transversais que garantam não apenas o acesso, mas também, a permanência e o êxito dos estudantes no Ensino Médio, na EJA e na EPT, especialmente em regiões com infraestrutura limitada e marcadas por desigualdades socioeconômicas. Os dados analisados revelam que, embora o analfabetismo tenha caído para 5,3% no Brasil em 2024, persistem desigualdades regionais e raciais profundas, visto que 71,6% dos jovens que não concluíram a educação básica são pretos ou pardos. No campo da formação, os resultados destacam a importância de integrar saberes ancestrais de povos indígenas, comunidades quilombolas, tradicionais e do campo ao currículo nacional. A experiência no IFSertãoPE proporciona compreensão nos quesitos de acessibilidade e flexibilidade pedagógica, fundamentais para atender às necessidades específicas de cada discente, promovendo um ensino bilíngue e intercultural. Conclui-se que a EPT deve ser um instrumento de superação do dualismo educacional entre trabalho e formação humana. A prática docente exige uma gestão democrática e currículos integrados que valorizem a cultura local e combatam a exclusão social. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) necessita de estratégias de alfabetização e letramento social e digital que considerem a realidade do trabalhador. A formação continuada dos profissionais e os investimentos em infraestrutura, políticas, projetos e recursos tecnológicos são pilares indispensáveis para garantir o direito à escolarização plena e o êxito discente.

Palavras-chave: Educação; Práticas Educativas; Práticas Pedagógicas; Práxis Transformadora; EPT.

ABSTRACT

This paper presents a reflective synthesis on training in the Specialization in Teaching for Professional and Technological Education (EPT). The text articulates the life trajectory of the author, a native of the interior of Pernambuco, daughter and granddaughter of artisans and farmers, with the need for an education that overcomes technocratic and Eurocentric models, promoting a human and transformative pedagogical practice. The purpose of this study is to reflect on the construction of teacher/student identity and the methodologies applied to professional education. The general objective is to analyze the didactic and pedagogical practices developed during the EPT teaching training at IFSertãoPE. The specific objectives include: describing the school and social practices implemented in the course; relating social and educational transformations to the reality of EPT; and reflecting on the experiences, challenges, and learnings of the personal trajectory with EPT. This study analyzes the didactic-pedagogical practices developed in schools, considering the interdisciplinary and inclusive aspects that ensure access, retention, and academic success for young people, adults, and the elderly. The study questions the gaps in public policies and the lack of interdisciplinary and transversal practices that guarantee not only access but also retention and success for students in secondary education, adult education (EJA), and vocational education (EPT), especially in regions with limited infrastructure and marked by socioeconomic inequalities. The analyzed data reveal that, although illiteracy fell to 5.3% in Brazil in 2024, profound regional and racial inequalities persist, given that 71.6% of young people who did not complete basic education are Black or mixed-race. In the field of teacher training, the results highlight the importance of integrating ancestral knowledge from indigenous peoples, quilombola communities, traditional communities, and rural communities into the national curriculum. The experience at IFSertãoPE provides an understanding of accessibility and pedagogical flexibility, fundamental to meeting the specific needs of each student, promoting bilingual and intercultural education. It is concluded that vocational and technological education (VTE) should be an instrument for overcoming the educational dualism between work and human development. Teaching practice requires democratic management and integrated curricula that value local culture and combat social exclusion. Youth and Adult Education (EJA) needs literacy and social and digital literacy strategies that consider the reality of the worker. The continuing education of professionals and investments in infrastructure, policies, projects, and technological resources are indispensable pillars to guarantee the right to full schooling and student success.

Keywords: Education; Practices Educacional; Practices Pedagogical; Transformative Praxis; EPT.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Formação.....	18
2.2 Atuação profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	20
2.3 Discussão das temáticas das disciplinas.....	21
2.3.1 Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas.....	23
2.3.2 Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas	24
2.3.3 Práticas educativas na EJA - EPT: teorias e didáticas	25
2.3.4 Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas	27
2.3.5 A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas	29
2.3.6 Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: Teorias didáticas	31
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A educação, o ensino e a aprendizagem apresentam múltiplas dimensões. Nesse contexto, destaca-se a importância de práticas didáticas e pedagógicas que compreendam o profissional da educação não apenas como detentor e transmissor de conhecimentos, voltado exclusivamente à preparação para o mercado de trabalho (Santos; Tavares, 2021, p. 43; 49), mas como mediador de processos formativos críticos, científicos e transformadores.

Para tanto, o educador deve assimilar, compreender, interrelacionar e mediar os conteúdos a serem ensinados, reproduzidos, disseminados e propagados. Além disso, ao profissional que promove a interação entre ensino e aprendizagem com os alunos, cabe relacionar a teoria à prática, aos saberes, às experiências e às vivências, promovendo uma análise crítica, dialógica, racional, reflexiva, transformadora e humana (Santos; Tavares, 2021, p. 89).

Assim, o educador deve possibilitar que o estudante assimile, compreenda, interrelacione e ressignifique os conteúdos, articulando teoria e prática, saberes científicos e experiências vivenciadas. Trata-se de promover uma formação pautada na análise crítica, no diálogo, na racionalidade reflexiva e na transformação social, em uma perspectiva humana e emancipatória (Santos; Tavares, 2021, p. 89).

Nessa direção, os processos de ensino e aprendizagem devem incorporar dimensões interdisciplinares, interculturais, transversais, transdisciplinares, multidisciplinares e pluridisciplinares, além de abordagens interseccionais, sociopolíticas e socioculturais, desenvolvidas de forma colaborativa e cooperativa com os estudantes.

Tais práticas precisam estar articuladas à realidade social, cultural, política e econômica, às necessidades educacionais dos discentes, à infraestrutura institucional, à formação continuada dos profissionais da educação, bem como às políticas públicas e ações afirmativas, rompendo com modelos eurocêntricos, pragmáticos e tecnicistas (Santos; Tavares, 2021, p. 35; 46).

Minha trajetória pessoal e acadêmica está diretamente relacionada a essa compreensão. Nasci em Paulo Afonso, Bahia, município próximo aos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e resido no interior pernambucano, em uma cidade com aproximadamente 26 mil habitantes, marcada por tradições culturais, religiosas e

artesanais. Tacaratu, possui forte vínculo com o Rio São Francisco e com a barragem Luiz Gonzaga, além das expressivas manifestações de fé e identidade cultural.

Minha família é oriunda da zona rural, composta por agricultores e artesãos. Diante das dificuldades econômicas, migraram para o distrito de Caraibeiras, conhecido como “terra da rede”, polo de produção artesanal do município. Meus pais possuem apenas o ensino fundamental completo e, em razão das condições socioeconômicas e de pertencerem a famílias numerosas, priorizaram o trabalho como meio de subsistência.

Minha aproximação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) decorre da busca contínua por conhecimento e pela construção de uma práxis educativa transformadora, especialmente voltada à educação de jovens, adultos e idosos. Embora não atue como docente, desenvolvo pesquisas na área da educação, com ênfase em direitos humanos, garantias fundamentais e justiça social, direcionadas aos grupos historicamente vulnerabilizados.

A especialização em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Sertão de Pernambuco (IFSertãoPE) ampliou minha formação nos paradigmas interdisciplinares, interculturais e inclusivos, fortalecendo o planejamento de acessibilidade educacional de maneira personalizada e contextualizada às necessidades dos estudantes.

A dualidade social manifesta-se nas desigualdades estruturais que impactam a oferta, o acesso, a permanência e a conclusão do ensino médio, especialmente entre jovens e adultos trabalhadores. A insuficiência de políticas públicas eficazes contribui para elevados índices de analfabetismo funcional e letramento precário, agravados pelas exigências da sociedade digital contemporânea (Santos; Albuquerque; Moraes; Silva, 2023, p. 12).

A problemática desta pesquisa centra-se na análise das práticas didáticas e pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino médio, considerando os fatores interdisciplinares e inclusivos que assegurem a oferta, o acesso, a permanência e o êxito escolar de jovens, adultos e idosos.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por compreender que os fenômenos educacionais envolvem dimensões sociais, culturais, políticas e subjetivas que não podem ser reduzidas à mensuração numérica. A perspectiva qualitativa

permite analisar significados, práticas e experiências relacionadas às dinâmicas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva; o método adotado é o dialético-crítico, fundamentado na compreensão das contradições sociais, econômicas e educacionais que permeiam o sistema de ensino. Esse método possibilita analisar a realidade educacional em sua totalidade, considerando suas múltiplas determinações históricas e estruturais. Os procedimentos metodológicos conferem à pesquisa bibliográfica, documental e análise reflexiva da trajetória formativa.

A técnica de análise dos dados fundamenta-se na análise de conteúdo, buscando identificar categorias temáticas relacionadas às práticas pedagógicas, inclusão educacional, acesso, permanência e êxito escolar. A interpretação dos dados ocorre à luz do referencial teórico adotado, estabelecendo diálogo entre teoria e realidade empírica na formação de jovens, adultos e idosos em contextos de vulnerabilidade social.

Justifica-se o estudo diante dos altos índices de analfabetismo funcional e da carência de alfabetização e letramento social e digital no Brasil, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2024. Em Pernambuco, observam-se lacunas significativas relacionadas à evasão escolar no ensino médio, evidenciando a necessidade de fortalecimento e monitoramento das políticas e programas educacionais.

Desse modo, torna-se imprescindível desenvolver, monitorar e aperfeiçoar práticas didáticas e pedagógicas inclusivas, garantindo condições efetivas de acesso, permanência e êxito escolar. A escolarização deve atender às necessidades específicas dos estudantes, combatendo formas de segregação e exclusão, promovendo inclusão, acessibilidade e equidade no ambiente educacional.

De antemão, possuir uma formação acadêmica não garante um bom emprego e/ou estabilidade, porém, auxilia gradativamente no caminho pessoal e profissional. A importância de desenvolver, monitorar e aperfeiçoar as práticas didáticas, pedagógicas, acessibilidades e inclusivas no ambiente da educação de jovens, adultos e idosos reside em almejar progressivamente o acesso, a permanência e o

êxito dos estudantes no ensino médio, concluindo assim a educação básica e iniciando a educação superior.

Dessa maneira, deve envolver habilidades, competências, ações e medidas governamentais, sociais e educacionais, de forma colaborativa e cooperativa, conjuntamente com o Estado, os entes federativos e os municípios, com o anseio de formar estudantes capacitados, alfabetizados e letrados para os ambientes sociais e digitais.

Por fim, a escolarização de todos os alunos deve atender às suas necessidades educacionais, inibindo as formas de segregação, discriminação e exclusão, aplicando o termo de inclusão e acessibilidade no ambiente educacional, eliminando e/ou inibindo as barreiras, dificuldades e diferenças nas escolas, promovendo o acesso, atendimento, acolhimento, permanência e a participação de todos, conforme as suas necessidades e particularidades educacionais, sociais, econômicas e políticas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar as práticas didáticas e pedagógicas desenvolvidas durante as minhas experiências de formação na Docência da Educação Profissional e Tecnológica no IFSertãoPE.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever as práticas escolares e sociais aplicadas e efetivadas no curso da EPT;
- Relacionar as transformações sociais e educacionais com a realidade da EPT;
- Refletir sobre as experiências, desafios e aprendizagem da minha trajetória com a EPT.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) necessita adotar medidas urgentes que garantam uma formação crítica, reflexiva, inclusiva e integradora, articulando conteúdos complementares à realidade social, cultural e socioeconômicas e às necessidades educacionais de cada contexto. Trata-se de

promover uma educação democrática, justa, equitativa e humanizadora, alinhada aos preceitos dos direitos humanos e das garantias fundamentais, vinculada à formação científica, tecnológica, étnico-racial e cultural.

[...] a pesquisa científica, no campo educacional, é tomada como o crivo crítico reflexivo através do qual os problemas dessa área são estudados com o objetivo de possibilitar tomadas de consciência e ação em relação ao objeto de estudo que solicitou atenção especial do pesquisador. A pesquisa educacional, conseqüentemente, é um instrumento de inquirição recorrente que procura obter, muito mais do que dados objetivos e subjetivos, isto é, prima por apresentar a realidade de forma crítica com vistas à sua transformação, como reza as leis da dialética e, ao mesmo tempo encaminha os problemas concretos em direção à soluções concretas (Lima, 2001, p. 267, apud Santos; Estevam; Martins, 2018, p. 47).

Conforme destacam Santos e Tavares (2021) e Veríssimo e Prais (2023), tais medidas envolvem a superação do dualismo educacional, a inserção qualificada no mundo do trabalho e a consolidação de uma formação significativa, científica, humana, tecnológica e sociocultural. Implicam, ainda, a promoção da acessibilidade e da práxis transformadora, articulando teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, saberes ancestrais e tradicionais, realidade local e outras epistemologias, além disso, aos conhecimentos sociais, políticos, culturais, raciais e de gênero. Defende-se, portanto, uma formação omnilateral e heterogênea dos estudantes, centrada no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, da consciência social humanizada e da criatividade na práxis transformadora (Castaman; Ferreira, 2025).

A formação omnilateral (Castaman; Ferreira, 2025) propõe o desenvolvimento pleno das capacidades humanas (intelectuais, físicas, técnicas, culturais e sociais) superando a dicotomia historicamente construída entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nessa abordagem, o trabalho assume caráter formador, contribuindo para a construção da consciência crítica e para a compreensão da realidade social em sua totalidade.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa concepção implica compreender que a educação não deve restringir-se ao ensino e à aprendizagem de técnicas operacionais. Ao contrário, deve romper com o dualismo estrutural que, historicamente, destinou uma formação propedêutica às elites e uma formação estritamente prática às classes trabalhadoras. Assim, a EPT deve proporcionar o domínio dos fundamentos científicos do trabalho, articulando-os ao desenvolvimento formativo, crítico, técnico, científico e cultural do estudante, em uma formação humana integral.

Para Paulo Freire (Castaman; Ferreira, 2025), a práxis constitui a unidade indissociável entre ação e reflexão. A educação, nesse sentido, não pode limitar-se à mera transmissão de conteúdos; ao contrário, deve promover uma pedagogia problematizadora, na qual educadores e educandos constroem o conhecimento por meio do diálogo, reconhecendo-se como sujeitos históricos e transformadores da realidade.

Aplicada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa concepção compreende o processo de ensino não como simples capacitação operacional, mas como espaço de formação crítica do trabalhador. A formação profissional deve possibilitar que o estudante compreenda os fundamentos científicos, sociais, políticos e econômicos do trabalho, superando a condição de mero executor para assumir-se como sujeito consciente de sua inserção na sociedade e das contradições que a estruturam.

Dermeval Saviani (2010), por sua vez, compreende a educação como um processo de mediação nas transformações sociais. Para o autor, a prática pedagógica deve partir da realidade concreta, problematizá-la à luz do conhecimento científico sistematizado e retornar a essa realidade com novas possibilidades de intervenção social. Saviani enfatiza que a função social da escola é garantir o acesso ao saber elaborado historicamente pela humanidade. A práxis pedagógica, portanto, não é espontaneísta, nem meramente experiencial, mais organizada, intencional e sistematizada.

Na EPT, essa concepção reforça a necessidade de integrar formação geral e formação técnica, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia. A prática educativa deve possibilitar que o estudante compreenda os fundamentos científicos do processo produtivo, evitando a fragmentação entre teoria e prática. Para que isso se concretize, torna-se indispensável a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, bem como investimentos em infraestrutura institucional, recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, incluindo tecnologias da informação e comunicação articuladas aos recursos assistivos e digitais e as metodologias ativas.

A expansão e a democratização da EPT exigem currículos integrados e atualizados, articulados a competências, habilidades e metodologias cooperativas, colaborativas e inclusivas, em consonância com a realidade socioeconômica, étnico-racial e cultural da sociedade. Requerem, ainda, articulação com movimentos sociais

e transformações culturais, políticas e econômicas, além do fortalecimento de programas, políticas públicas e projetos destinados à formação de jovens, adultos e idosos, assegurando condições de acesso, permanência e conclusão dos estudos.

Essas ações tornam-se fundamentais diante dos dados educacionais recentes. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2024, divulgada pelo IBGE, o Brasil registrava 9,1 milhões de pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas, correspondendo a uma taxa de 5,3%, a menor da série histórica iniciada em 2016 (Bello, 2025). De acordo com o suplemento de educação da PNAD Contínua de 2023, dos quase 52 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, cerca de 18% não concluíram a educação básica; dentre esses, 58,1% são homens e 41,9% mulheres. Em relação à cor ou raça, 27,4% são brancos e 71,6% pretos ou pardos (²Brasil, 2025, p. 87).

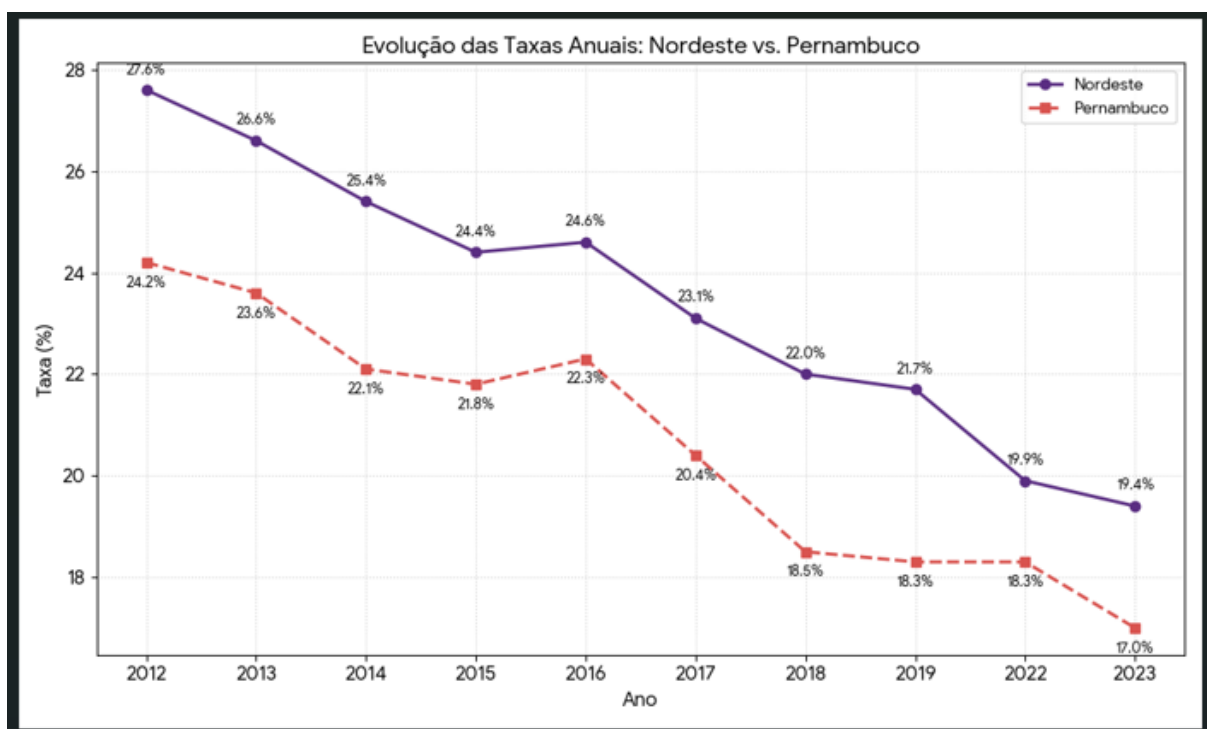
Em 2023, o número de analfabetos era de 9,3 milhões, e, em 2019, alcançava 11,4 milhões. Em 2024, havia 5,1 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, representando taxa de 14,9% nesse grupo etário. Entre os mais jovens, os percentuais reduzem progressivamente: 9,1% entre pessoas com 40 anos ou mais, 6,3% entre aquelas com 25 anos ou mais e 5,3% na população com 15 anos ou mais. Ainda em 2024, 18,5% das pessoas de 15 a 29 anos não estavam ocupadas, nem estudavam ou se qualificavam; em 2023, esse percentual era de 19,8%, e, em 2019, de 22,4% (Bello, 2025).

No ensino superior, em 2024, entre as pessoas que frequentaram curso de nível superior (concluído ou não), 72,6% cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Entre aqueles que frequentaram especialização, mestrado ou doutorado, 59,3% também haviam estudado integralmente em escolas públicas (Bello, 2025). Em Pernambuco, dados de 2023 indicam que 31,3% da população possui ensino médio completo, enquanto 30,9% têm ensino fundamental incompleto (Lucena, 2024).

Diante do levantamento de dados do governo federal, fonte da pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Censo da Educação Básica e Superior, 2024 e Censo da Educação Superior, 2023), na aba do Ministério da Educação e a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, os estudantes na EPT no Brasil abarcam 2,5 milhões em cursos técnicos de nível médio e 2 milhões em cursos tecnológicos (³Brasil, 2025).

O Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação de 2024, na tabela 2, titulada da Taxa de Analfabetismo Funcional da população de 15 anos ou mais de idade - Brasil, grandes regiões e unidades da federação nos anos de 2012-2019 e 2022-2023 (Brasil, 2024, p. 220)

TABELA 1 - TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 2012-2019 A 2022-2023



Fonte: Brasil, 2024, p. 202.

Nesse levantamento, demonstra-se uma transformação educacional no analfabetismo funcional pesquisada pelo Plano Nacional de Educação nos anos de 2012-2019 a 2022-2023, por mais que seja de modo significativo. Os dados evidenciam transformações significativas na redução do analfabetismo funcional, ainda que os anos da pandemia de Covid-19 não estejam contemplados em algumas séries históricas, devido às especificidades do ensino remoto. Na comparação entre a Região Nordeste e o estado de Pernambuco, observa-se média de 23,4% e 20,6%, respectivamente, indicando avanços decorrentes das políticas educacionais implementadas.

2.1 Formação

Minha trajetória acadêmica iniciou-se na adolescência, com a formação em informática básica, deslocando-me da vila de Caraibeiras, no município de Tacaratu (PE), até Petrolândia, aos sábados, percorrendo aproximadamente 60 km. Posteriormente, cursei iniciação nas áreas de administração e economia, aos finais de semana, no centro de Tacaratu, durante o ensino fundamental realizado na Escola de Referência em Ensino Fundamental Sérgio Magalhães. O ensino médio foi concluído de forma integral na Escola de Referência em Ensino Médio João Batista de Vasconcelos, também em Tacaratu.

No segundo semestre de 2015, ingressei no curso de Bacharelado em Direito, na Faculdade Joaquim Nabuco, em Recife, a cerca de 450 km de minha residência. Após um ano na capital, transferi o curso para Paulo Afonso (BA), a aproximadamente 71 km de Caraibeiras, concluindo a graduação em 2021, no Centro Universitário do Rio São Francisco. Durante esse período, estudei quase dois anos remotamente em razão da pandemia, conciliando maternidade, rede de apoio reduzida e desafios pessoais, mantendo, contudo, a continuidade dos estudos. A educação a distância proporcionou flexibilidade, autonomia e disciplina.

Em 2022, concluí Pós-Graduação em Prática Processual Civil pela Escola Mineira de Direito, com apoio do Centro Universitário Amparense. No segundo semestre do mesmo ano, ingressei no Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador, a cerca de 550 km de minha residência. Fui contemplada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (2023-2024) e defendi a dissertação em 28 de março de 2025.

Em 2024, fui aprovada em quatro especializações a distância: Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal do Sertão Pernambucano), Gestão Pública (Universidade Federal do Vale do São Francisco), Educação Especial e Inclusiva (Universidade do Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado) e Educação, Cidadania e Cibercultura (Instituto Federal Goiano). Em 2025, iniciei segunda graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Alfabetização, Letramento e Psicopedagogia Institucional (Centro Universitário Única).

Participo dos grupos de pesquisa Interseccional (Instituto Federal do Sertão Pernambucano/CNPq) e do Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (CEABI no Centro Universitário Única). Entre 2019 e 2025, concluí diversos cursos de

aperfeiçoamento na área de Educação e Direitos Humanos, participei de eventos científicos e publiquei trabalhos em anais, revistas e e-books.

Compreendo a educação como processo contínuo de aprender, ensinar e transformar. Minha atuação e pesquisa voltam-se à promoção de práticas educativas que garantam acesso, permanência e êxito de jovens, adultos e idosos, especialmente no ensino médio, articulando programas, projetos e políticas públicas voltadas à inclusão e à justiça social.

2.2 Atuação profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Na perspectiva qualitativa, o pesquisador constrói a realidade investigada por meio da interpretação, entendida como criação subjetiva dos participantes envolvidos (Freitas, 2007, apud Santos; Estevam; Martins, 2018, p. 47). A realidade, portanto, é concebida como construção social, em contraposição ao modelo positivista.

[...] pesquisador torna-se um construtor da realidade pesquisada pela sua capacidade de interpretação entendida como uma criação subjetiva dos participantes envolvidos nos eventos do campo. Desta forma a realidade é concebida como construída pelos sujeitos que com ela se relacionam, sendo assim uma contraposição em relação ao modelo positivista e racionalista (Freitas, 2007, p. 12, apud Santos; Estevam; Martins, 2018, p. 47).

Meu primeiro contato com a EPT ocorreu na Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, escolhida com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem, formação continuada e práticas interdisciplinares, interculturais e inclusivas, voltadas especialmente à Educação de Jovens e Adultos.

As pesquisas, fóruns e atividades práticas do curso fortaleceram uma visão crítica sobre a aplicabilidade dos direitos humanos e das garantias fundamentais na EPT, especialmente no Instituto Federal do Sertão de Pernambuco, com foco na alfabetização, letramento e o ensino-aprendizagem de jovens e adultos.

Dessa forma, interrelaciono essa formação à Especialização em Educação, Cidadania e Cibercultura do Instituto Federal Goiano, aprofundando os estudos na educação escolar indígena, principalmente voltada a essa aplicabilidade, efetividade e execução da valorização das narrativas históricas dos povos indígenas. Destaco a complementação dos saberes, conhecimentos, ensinamentos, vivências e experiências socioculturais ao currículo nacional, aos materiais e planejamentos

didáticos e pedagógicos e aos recursos educacionais e financeiros destinados à educação.

As minhas conquistas acadêmicas e profissionais obtive de início com o mestrado acadêmico e aprovação da bolsa de pesquisa, mesmo cuidando de uma criança e com a rede de apoio se resumindo entre minha família, e principalmente minha mãe e meu irmão.

Dando início à conclusão da especialização, o mestrado e os cursos de aperfeiçoamentos na área da educação e direitos humanos, as escritas de trabalhos acadêmicos, capítulos de livros, resumos expandidos e resumo simples. Minha dificuldade consiste na estabilidade de um emprego, que almejo desde a finalização do bacharelado em direito, devido ser mãe solo e na cidade que resido não ter processo seletivo, as barreiras acabam prejudicando esse objetivo.

A superação na formação e atuação da educação profissional e tecnológica consiste no estudo contínuo de uma nova temática, pois não continha experiência e/ou formação nessa vertente de ensino. Dessa forma, essa nova trajetória de formação discute os desafios da EPT para as transformações das práticas didáticas e pedagógicas, como por exemplo, as condições essenciais para o acesso, disponibilidade e possibilidade de ensino aos estudantes, a permanência contínua dos discentes e o êxito na conclusão do ensino médio.

As necessidades educacionais e o apoio pedagógico, a democratização do direito à educação e o espaço educativo para o exercício democrático, a infraestrutura das instituições de ensino, os materiais didáticos e pedagógicos, os equipamentos e recursos financeiros destinados às escolas, aos projetos educacionais e a formação continuada dos profissionais da educação, como também, o incentivo, manutenção e aprimoramento dos programas, políticas públicas e ações afirmativas.

2.3 Discussão das temáticas das disciplinas

Nesse percurso, destaco múltiplos fatores presentes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que abrangem desde as diretrizes educacionais e recursos financeiros até a gestão democrática e as práticas pedagógicas inovadoras. Tais ações devem ser condizentes com a realidade e o caráter social da educação básica e superior, valorizando os profissionais da educação e os discentes pertencentes a diversos grupos sociais, econômicos e culturais. As críticas educacionais relacionadas

às políticas públicas também se estabelecem firmemente no campo da EPT, exigindo uma análise constante sobre como o Estado financia e prioriza esta modalidade (Gonçalves; Reis, 2024, p. 24).

O professor da EPT mobiliza conhecimentos da didática geral, a fim de articulá-los com as condições específicas da sua área de atuação. Daí, diante da gama de áreas e subáreas existentes, há escassez de orientações metodológicas que abordem as especificidades de cada área, cabendo ao professor dessa modalidade realizar uma transposição didática, transformando os conhecimentos dos diferentes campos do saber científico em um saber escolar (Lima; Dantas, 2022, p. 193, apud Gonçalves; Reis, 2024, p. 23).

Ademais, a docência na EPT demanda uma gestão educacional e política aprimorada, monitorada conforme as articulações dos propósitos da modalidade e alinhada a projetos de desenvolvimento social. Esse compromisso visa formar sujeitos — docentes, estudantes e cidadãos — voltados à superação das desigualdades históricas e ao acesso pleno à ciência, pesquisa, extensão, cultura e tecnologia.

A meta central é a elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional, garantindo que o trabalho não seja apenas subsistência, e sim, um espaço de realização de direitos fundamentais (Gonçalves; Reis, 2024, p. 24). Ao aperfeiçoar fundamentos intrínsecos à docência, auxilia-se, sincronicamente, na construção de novos conhecimentos e na reflexão sobre atitudes fundamentadas na visão da EPT.

Durante minha formação na Especialização em Docência na EPT, as disciplinas que mais contribuíram para minha trajetória — e que direcionaram a escolha do tema deste trabalho — focaram nas práticas educativas e interdisciplinares sob a ótica da práxis transformadora, bem como nos desafios e reflexões autobiográficas que emergem do contato com a diversidade em sala de aula.

As unidades curriculares abordam temas que se interligam às práticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas instituições profissionais, enfatizando a oferta, o acesso, a permanência e o êxito escolar, mesmo diante de adversidades intrapessoais e sociais. Esse cenário é complementado por programas e planejamentos pedagógicos inclusivos que auxiliam tanto docentes quanto discentes, utilizando materiais curriculares e digitais que favorecem a evolução do aluno e o alcance das metas institucionais de democratização do ensino.

As disciplinas selecionadas para esta análise são: *Práticas educativas integradoras na EPT*; *Práticas educativas inclusivas na EPT*; *Práticas educativas na*

EJA-EPT; Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação; A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico; e Práticas educativas para a permanência e êxito discente.

2.3.1 Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas

As práticas educativas integradoras (Moura, 2025) promovem métodos para relacionar a teoria dos currículos e os materiais científicos à práxis transformadora. Sob os posicionamentos crítico, reflexivo e racional, essas práticas incentivam o pensamento interdisciplinar, transdisciplinar e a multidiversidade, rompendo com a fragmentação do conhecimento técnico.

Elas fomentam o protagonismo de estudantes e professores, transformando a sala de aula em um laboratório de investigação social onde a teoria só faz sentido quando aplicada à transformação da realidade local. Tais práticas evidenciam processos sociais, políticos e econômicos frequentemente omitidos pelos materiais didáticos tradicionais, que tendem a uma visão eurocêntrica e urbana.

Um exemplo notável de resistência e integração ocorre nas escolas indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. O projeto "Saberes Indígenas do Povo Pankararu", por exemplo, é um marco educativo que visa integrar os recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos aos conhecimentos ancestrais, respeitando a cosmologia, epistemologia e a história desse povo, garantindo que a educação técnica não apague a identidade cultural, étnica e social (Oliveira; Vieira, 2019).

Os principais obstáculos à construção de uma práxis transformadora na EPT residem em entraves estruturais, formativos e ideológicos, além das contradições de um modelo de sociedade que prioriza o mercado de trabalho em detrimento da formação integral. No campo estrutural, destaca-se a precarização das condições materiais, a infraestrutura, a sobrecarga docente e a carência de formação continuada que dialogue com as novas tecnologias de forma crítica.

No aspecto formativo, percebe-se uma fragilidade na preparação inicial dos docentes, que muitas vezes dominam o saber técnico de suas áreas (como engenharia ou saúde), mas carecem de fundamentação pedagógica para mediar o conhecimento de forma inclusiva e contextualizada. Já no campo ideológico, discursos neoliberais propagam a educação como mercadoria e o estudante como mero

trabalhador, dificultando a construção de uma consciência emancipatória.

Essa visão reduz o potencial da EPT, transformando-a em um treinamento técnico desprovido de crítica social. Enfrentar esses desafios exige reconhecer a educação como um ato político-social de resistência, onde o cotidiano escolar deve ser um espaço de humanismo e valorização de saberes que foram historicamente marginalizados e invisibilizados pelo sistema de produção capitalista.

2.3.2 Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabelece que as instituições de ensino devem acolher todas as pessoas, independentemente de suas condições e necessidades físicas, intelectuais ou sociais, aceitando as diferenças, diversidades e especificidades (UNESCO, 1994, p. 03).

No contexto da EPT, a educação inclusiva deixa de ser um "favor" para se tornar um direito fundamental. Cabe ao Estado, aos entes federativos e aos municípios, em todas as suas instâncias, prover não apenas o acesso físico (rampas, corrimão, pisos táteis, elevadores, mesas ajustáveis, cadeiras ergonômicas, etc), mas principalmente o acesso didático e pedagógico, os recursos, materiais e equipamentos que garantam o currículo e as práticas de modo flexíveis, adaptáveis e inclusivos, o suficiente para atender às particularidades de cada estudante, promovendo a equidade, cidadania, participação e a justiça social (Quirino, 2025).

Os currículos devem corresponder aos elementos interdisciplinares, transdisciplinares, interculturais, interseccionais e pluridisciplinares nos materiais didáticos e pedagógicos, recomendando o uso de métodos, metodologias ativas e tecnologias que possam atender às diferentes necessidades dos alunos, essenciais para compreender como diferentes formas e assuntos podem se cruzarem. Isso envolve o uso de tecnologias assistivas e métodos que considerem as identidades de gênero, étnico-raciais e de classe social (Verissimo; Prais, 2023, p. 34).

No entanto, a diversidade nas instituições brasileiras ainda enfrenta o racismo estrutural, institucional e social, a miscigenação, a desigualdade histórica, social, sexual e de gênero. As barreiras sociais impactam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos, assim como o bullying e o cyberbullying, as violências físicas, sexuais, de gênero, simbólicas e laboral, a exclusão e a exploração das classes

sociais vulneráveis e marginalizadas, e o persistente mito da democracia racial. Este mito, ao negar a existência do preconceito, deslegitima a necessidade de políticas de reparação histórica, como as cotas, fundo de financiamento estudantil (fies) e o programa universidade para todos (prouni), e atrasa a construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático (Verissimo; Prais, 2023, p. 58).

Dessa forma, a educação é um direito e garantia constitucional de oferta, acesso, permanência e conclusão do curso, devendo ser assegurada nos posicionamentos inclusivo, plural, democrático e equitativo, respeitando e valorizando as diversidades, diferenças e especificidades dos educandos, a sua realidade e a comunidade que pertença, sejam elas: étnico-raciais, culturais, territoriais, gênero, deficiência, orientação sexual, classe social ou identidade (Quirino, 2025).

2.3.3 Práticas educativas na EJA - EPT: teorias e didáticas

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na EPT enfrenta desafio de acolher sujeitos que, em sua maioria, possuem trajetórias marcadas pela exclusão escolar prévia. A integração curricular nesta modalidade deve superar os paradigmas tecnicistas, oferecendo uma formação que respeite os saberes de vida desses trabalhadores. Nesse percurso, compreendem-se os fatores internos e externos e as relações interpessoais e intrapessoais dos estudantes direcionados às condições de acesso, permanência e êxito escolar aos grupos sociais e culturais vulneráveis e marginalizados na sociedade.

Dados recentes do IBGE (2024) indicam que 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos deixaram a escola para trabalhar, enquanto 23,6% evadiram devido à falta de interesse pelos estudos e o trabalho; para as mulheres, em específico, a gravidez e o desinteresse. Estima-se que 71,6% dos estudantes que interrompem os estudos são pretos ou pardos, e 24,4% são brancos. 65,1% dos estudantes matriculados na EJA têm menos de 40 anos e, desses, 52,1% são do sexo masculino. Os que têm acima de 40 anos são predominantes do sexo feminino, totalizando 59,2% (Castro, 2025).

Aos direitos e às garantias constitucionais na EPT devem ser efetivados, aplicados e assegurados a partir de perspectivas inclusivas, plurais, integrais, democráticas e equitativas, que respeitem e valorizem as diversidades e as diferenças dos educandos (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 24), sejam elas

étnico-raciais e culturais, de gênero, geração, deficiência, orientação sexual, classe social, identidade ou necessidades educacionais.

(Re)afirmam-se as políticas públicas e as ações afirmativas e intersetoriais para garantir e certificar o ingresso, a permanência e a conclusão de curso de populações historicamente excluídas, estabelecendo programas de apoio financeiro, como bolsas permanência e de iniciação científica ou de extensão, alimentação escolar, transporte e moradia estudantil. Assim, busca-se assegurar a permanência, a conclusão dos cursos e o avanço na ciência e na pesquisa (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 24).

Defendem-se currículos contextualizados, didáticos e pedagógicos, inclusivos, diversos, crítico-reflexivos e acessíveis, que dialoguem com a realidade dos estudantes e com o meio ambiente, respeitando e integrando saberes territoriais, originários e tradicionais. Almeja-se uma práxis transformadora, com materiais acessíveis, bilíngues, interdisciplinares, interculturais e plurais, além da formação docente continuada que se conecte às múltiplas realidades socioculturais dos alunos (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 23-24).

É necessário oferecer estruturas físicas, tecnológicas, materiais e didáticas adequadas, bem como tecnologias assistivas e digitais, garantindo acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e digital, a fim de remover barreiras e obstáculos à inclusão, permitindo acesso a recursos, métodos e informações que ampliem as possibilidades educacionais (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 38).

Devem-se construir espaços educativos livres de discriminações e preconceitos, combatendo crimes de violência simbólica ou institucional, racismo, intolerância religiosa e cultural, sexismo, feminicídio, LGBTfobia, transfobia, etarismo, capacitismo, xenofobia, entre outros. Valoriza-se a escuta ativa e a participação dos estudantes na construção de uma escola e de uma sociedade democrática, justa e inclusiva, promovendo a conscientização sobre causas e consequências dos diferentes contextos que influenciam condutas e percepções sociais.

Impulsionam-se processos formativos, planejamento de acessibilidade e fortalecimento da gestão democrática e territorializada, considerando as especificidades regionais e promovendo uma EPT contextualizada com o território e seus meios sociais, econômicos, culturais e ambientais, conforme formulado nas

políticas de educação profissional e tecnológica (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 24-25).

As práticas e ações devem instigar a compreensão da realidade e de outras epistemologias de forma ampla, interligada, diversificada e contextualizada, tanto na educação básica quanto na superior, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), incluindo também os idosos. Devem articular ensino, ciência, trabalho e vivências sociais e culturais com qualidade, pertencimento e valorização das identidades, além de contribuir para a redução das barreiras sociais impostas coercitivamente a determinados grupos. Nesse caminho, a educação torna-se elemento fundamental de transformação social, possibilitando integração de sentidos pessoais, profissionais e sociais.

Experiências e práticas pedagógicas inspiradoras promovem a integração das áreas e componentes educacionais, interdisciplinando saberes e fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem, aproximando-o da realidade dos estudantes e fomentando autonomia, liberdade e aprendizagem crítica. Exemplificam-se as escolas estaduais indígenas, a educação quilombola e a educação do campo, assim como as práticas, oficinas e eventos educativos nas comunidades, que valorizam elementos ambientais, linguísticos, culturais e ancestrais, articulando-os às disciplinas escolares e aos saberes da saúde medicinal indígena e tradicional (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024, p. 78).

As experiências, diálogos e interações intra e interpessoais com grupos socioculturais que protagonizam trajetórias de enfrentamento aos desafios na aplicabilidade e efetivação de programas, políticas públicas e ações que instiga as transformações sociais. Tais processos articulam ensino, trabalho e ambientes socioculturais em uma práxis crítica e transformadora, consolidando uma educação interdisciplinar, transdisciplinar, pluridisciplinar, intercultural, diversificada e inclusiva (Bezerra; Mendonça; Nascimento; Farias, 2024).

2.3.4 Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas

No processo educativo, compreende-se a educação em suas dimensões políticas, sociais e pedagógicas, materializadas no Projeto Político-Pedagógico (PPP),

nos planos de ensino e nos processos avaliativos. Evidenciam-se as disputas de concepções, intencionalidades e contradições presentes na formulação e materialização desses instrumentos, considerando especificidades epistemológicas, cosmovisões, cosmologias e fundamentos didático-pedagógicos (Silva, 2025).

Analisa-se a inter-relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, sustentada por uma práxis transformadora, humanizadora, democrática e significativa, articulando ensino, pesquisa científica e extensão. Os processos avaliativos, suas práticas e desafios, vinculam-se às dimensões da aprendizagem, participação, cidadania, interação, comunicação e gestão democrática.

A formação educacional deve seguir um processo contínuo, integral, democrático e emancipatório, orientado pela Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT, pelas diretrizes curriculares nacionais, pelo projeto político-pedagógico e pelos planos de ensino e avaliação, articulados às relações sociais, políticas e econômicas.

Afasta-se, assim, de uma educação tecnicista, tradicional e conservadora, aproximando-se de práticas socioculturais adaptativas, acessíveis e sensíveis aos contextos heterogêneos e às múltiplas epistemologias, incorporando perspectivas decoloniais e contra-hegemônicas.

A docência na EPT demanda formação humana integral, superando a fragmentação entre formação omnilateral e processos de ensino-aprendizagem. A formação continuada dos profissionais, aliada às práticas sociais e ao trabalho educativo, reafirma a indissociabilidade das dimensões do processo educativo, comprometida com uma concepção emancipadora, democrática, sensível e humana (Silva, 2025, p. 29).

A educação associa ensino e trabalho como elementos formadores da identidade e da participação cidadã, considerando as contradições do modelo capitalista vigente. Tal pensamento orienta a organização curricular, as práticas e os materiais didáticos, valorizando a experiência concreta dos trabalhadores e reconhecendo o trabalho como espaço de produção de saberes, democratização e emancipação (Silva, 2025, p. 30-31).

A relação entre teoria e prática estrutura os processos de ensino e aprendizagem, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Reconhece-se que o saber não se origina apenas na escola, mas também nas experiências sociais, políticas e econômicas vividas no trabalho, na família e na comunidade. Essa concepção integra saberes teóricos e práticos, diálogo, empirismo, formação ética e moral, cognição e visão holística, articulando infraestrutura e técnica ao currículo nacional (Silva, 2025, p. 31-32).

Os materiais didáticos e os procedimentos avaliativos — diagnósticos, formativos e somativos — orientados pelo plano de acessibilidade na aprendizagem, devem dialogar com a realidade local. O educador da EPT precisa dominar estratégias que valorizem o protagonismo estudantil, reconhecendo trajetórias e experiências como elementos centrais do processo educativo (Silva, 2025, p. 32-33).

A EPT valoriza a construção coletiva do conhecimento, por meio de metodologias ativas, recursos acessíveis e sistemas cooperativos. Projetos integradores, oficinas e trabalhos em grupo ampliam o diálogo entre saberes técnicos, científicos e culturais, fortalecendo a relação entre formação, prática profissional e desenvolvimento humano.

Em síntese, a docência na EPT consolida-se por práticas reflexivas, críticas e inovadoras, fundamentadas em uma visão contextualizada, humanizadora e cidadã. O alinhamento entre projeto pedagógico, práticas didáticas e planejamento institucional assegura coerência formativa e aprendizagem integral, preparando estudantes para atuação ética, criativa e transformadora na sociedade contemporânea.

2.3.5 A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas

O trabalho pedagógico é uma atividade humana voltada ao processo, à produção e à manifestação do pensamento, constituindo-se como prática social, ética e política, formulada na construção contínua e dinâmica do conhecimento e na transformação dos sujeitos nos meios sociais. Concretiza-se nas práticas didático-pedagógicas, no processo de ensino-aprendizagem e nas interações entre professores, estudantes e saberes (Castaman; Ferreira, 2025, p. 02). Esse conjunto de elementos empíricos configura possibilidades de avaliar, produzir, agir e ampliar os fins educativos, interpretados a partir dos sentidos e significados do trabalho docente

e do trabalho pedagógico na EPT (Castaman; Ferreira, 2025, p. 03).

Reconhece-se, assim, o trabalho pedagógico como processo contínuo, coletivo, significativo e transformador, que assegura a formação humana integral — consciência social, ética, humana e cultural — e a formação politécnica — fundamentos científicos e tecnológicos —, ambas compreendidas na formação omnilateral do cidadão-trabalhador, um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica (Castaman; Ferreira, 2025, p. 04).

Ensino, pesquisa e extensão articulam-se por meio de inovações pedagógicas, didáticas, científicas e de gestão, fortalecendo o caráter integrador da EPT. Isso implica perguntar, investigar, interpretar e compreender o mundo, transformando dúvidas em descobertas e articulando saberes científicos e sociais (Castaman; Ferreira, 2025, p. 02-04).

Desse modo, a pesquisa adquire novos eventos quanto à aplicabilidade e à efetividade de análises, métodos, metodologias e técnicas, articuladas à realidade social, às investigações, experiências, práticas e conhecimentos prévios, bem como aos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam uma formação contínua e o desenvolvimento científico, educacional e social. Parafraseando Paulo Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto o ensino continua buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo (Freire, 1996, p. 32, apud Castaman; Ferreira, 2025, p. 11).

Nesse panorama, Freire ressalta a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, evidenciando as transformações da práxis educativa alinhadas aos processos e planejamentos pedagógicos e à formação histórica da consciência, da cidadania e da democracia. Tais elementos abrangem autonomia, liberdade, reflexão e posicionamento crítico dos estudantes, além da responsabilidade ética na prática cidadã. As relações estabelecidas entre estudantes, por meio do diálogo, da interlocução e da análise dos resultados produzidos no ensino, na pesquisa e na extensão, refletem-se nos contextos sociais, políticos e econômicos.

Esse movimento produz mudanças tanto na instituição quanto nos demais setores da sociedade, mediante a construção e aplicação de conhecimentos e o desenvolvimento de atividades acadêmicas, sociais, políticas e culturais, articuladas entre ensino, pesquisa e extensão, integrando saberes teóricos e práticos, participação, comunicação e interação nas concepções contemporâneas (Castaman;

Ferreira, 2025, p. 14). Saviani (2010) também destaca aspectos essenciais sobre a relação entre teoria e prática:

A teoria é o esforço em compreender a prática e, ao compreendê-la, torná-la mais eficaz. A prática sem teoria degenera em ativismo e resulta em uma atividade cega, desorientada: a prática necessita da teoria. E a teoria sem a prática degenera em verbalismo. A razão de ser da teoria é a própria prática; a teoria só faz sentido na medida em que procura elucidar a prática (Saviani, 2010, p. 219, apud Castaman; Ferreira, 2025, p. 19).

No âmbito da extensão científica e dos projetos de pesquisa, participo do grupo Intersecciona – Grupo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinares em Educação, Corpo(s), Gênero(s), Sexualidade(s) e Interseccionalidade(s) – e do Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Centro Universitário Uniúnica. As pesquisas desenvolvidas articulam práxis transformadora e inovação social, política e econômica, contemplando temáticas transversais e interdisciplinares.

Alinho minha trajetória investigativa aos estudos iniciais em Direito (graduação), à educação e às problemáticas sociohistóricas e socioculturais de grupos socialmente vulnerabilizados por desigualdades econômicas e políticas. Tal perspectiva amplia e evidencia o compromisso com os movimentos sociais no enfrentamento às desigualdades, discriminações, violências e violações de direitos humanos e garantias fundamentais, reafirmando a defesa da cidadania, da democratização, da justiça e da reparação social, humana e ambiental.

2.3.6 Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: Teorias didáticas

A educação ampliou os processos de formação e desenvolvimento no ensino básico e superior, expandindo a oferta, o acesso e o ingresso de estudantes em localidades antes desprovidas dessa modalidade, evitando deslocamentos forçados para outros centros. Tal movimento fortalece a democratização, a cidadania e a justiça social, por meio de projetos e ações que assegurem a permanência e culminem no êxito e na conclusão dos cursos (Zanin, 2025, p. 02).

Entretanto, persistem elevados índices de abandono, evasão, exclusão e impermanência. Esses desafios decorrem de fatores estruturais relacionados ao vínculo entre estudante e instituição, atravessados por dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais (Zanin, 2025, p. 03). Destacam-se o adoecimento e

o sofrimento estudantil, a ausência de acolhimento institucional e pedagógico, currículos desconectados da realidade, o desprestígio de saberes e identidades socioculturais e as desigualdades de classe, raça, gênero, território e geração. A vulnerabilidade social e a escola enquanto possível reprodutora de desigualdades também impactam as trajetórias na EPT.

Em 2024, a EPT de nível médio representou 17,2% das matrículas do ensino médio, correspondendo a 1,337 milhão de estudantes no país (⁴Brasil, 2025). A EJA registrou redução de 1,3 milhão de matrículas entre 2014 e 2024. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), o índice de analfabetismo funcional entre pessoas de 15 a 64 anos caiu de 37% para 29% entre 2004/2005 e 2024. Entre jovens de 15 a 29 anos, a taxa é de 16%, enquanto entre pessoas de 50 a 64 anos chega a 51% (⁴Brasil, 2025). Ainda assim, os dados permanecem preocupantes, evidenciando desafios no acesso à alfabetização e ao letramento.

O Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica apontam entraves como: baixo investimento na modalidade; desvalorização social da educação profissional; desalinhamento entre oferta formativa e demandas locais; concentração de cursos em áreas urbanas; pouca integração com o ensino médio; escassez de parcerias com empresas; e insuficiência de conteúdos digitais. A falta de informação e orientação profissional, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade, prejudica escolhas formativas e eleva o risco de evasão. A ausência de políticas de apoio estudantil também compromete o acesso e a permanência (^{1 2}Brasil, 2025).

Além disso, marcadores sociais como raça, gênero, classe social e território influenciam diretamente a permanência de estudantes trabalhadores. Zanin (2025, p. 25) destaca estratégias didático-pedagógicas, como: identificação do perfil de estudantes propensos à retenção e evasão; monitoria e plantões; formação docente; projetos de nivelamento; iniciação científica; bolsas e estágios; programas de acolhimento; assistência estudantil; reforço escolar; revisão curricular; monitoramento da frequência; apoio emocional e pedagógico; currículos flexíveis; itinerários formativos; e integração entre educação, trabalho e cidadania.

Somam-se a essas ações a busca ativa de estudantes evadidos; melhoria da infraestrutura; visitas técnicas; oferta de espaços adequados para alimentação; oficinas de estratégias de aprendizagem; valorização de experiências de trabalho;

fortalecimento do vínculo entre coordenação e estudantes; ênfase em aulas práticas; incentivo ao protagonismo discente; diagnóstico inicial das turmas; atuação de equipes interdisciplinares; e adaptação metodológica para tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas (Zanin, 2025, p. 27).

Por fim, destacam-se os movimentos que fomentaram a construção e manutenção de políticas públicas integrada a assistência estudantil, ao apoio pedagógico e os setores articulados à permanência escolar — nos âmbitos didático, institucional, financeiro, cultural e psicossocial —, fortalecendo apoio acadêmico, gestão democrática, acompanhamento pedagógico e metodológico, e assegurando o direito à educação e à cidadania previstos na Constituição Federal de 1988 (Zanin, 2025, p. 20).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e o processo de ensino-aprendizagem são multifacetados e devem estar articulados à realidade social, cultural e econômica dos discentes. A trajetória da autora, enraizada no interior de Pernambuco e marcada pela ancestralidade de agricultores e artesãos, constitui fundamento para uma análise crítica das barreiras historicamente enfrentadas por grupos vulnerabilizados. Nesse sentido, compreende-se que a educação profissional ultrapassa a mera inserção no mercado de trabalho, configurando-se como um processo permanente de humanização, cidadania, democratização e transformação social.

As estratégias institucionais, bem como as práticas didáticas e pedagógicas, devem assegurar a permanência e o êxito dos estudantes na educação básica e superior. Para isso, é fundamental fortalecer programas, projetos, políticas públicas e ações afirmativas que promovam condições efetivas de permanência escolar.

A oferta de assistência estudantil, seja auxílio-alimentação, transporte, moradia, apoio psicológico, acompanhamento social e pedagógico, monitoria, reforço e nivelamento, atendimento individualizado, acolhimento, integração e tutoria docente, constituem elementos centrais para reduzir os impactos das desigualdades socioeconômicas, do racismo e das múltiplas formas de discriminação. Tais medidas visam garantir que fatores externos não inviabilizem a conclusão dos estudos.

A pesquisa evidencia, contudo, que persistem desafios significativos, como a

insuficiência de recursos destinados à assistência estudantil, a fragilização da saúde mental dos estudantes e a distância entre o currículo teórico e a realidade prática. A superação dessas barreiras requer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, aliada à adoção de metodologias ativas e planejamentos educacionais que valorizem o protagonismo discente. O direito à educação deve ser assegurado com equidade de condições, enfrentando desigualdades estruturais e promovendo uma formação integral que articule trabalho, ciência e tecnologia.

Ressalta-se, por fim, o papel fundamental de docentes, gestores, conselhos pedagógicos e estudantes na implementação de planejamentos acessíveis, adaptados e flexíveis, além da participação do Estado, das famílias e da comunidade. A promoção de tutorias, monitorias e espaços de escuta ativa, associada à formação continuada dos profissionais e à ampliação das equipes psicossociais, configura-se como pilar para uma educação crítica e pós-crítica.

A função social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fundamentada na práxis transformadora, metodologias ativas e recursos tecnológicos digitais e assistivas, concretiza-se na formação de cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento social, científico e tecnológico de maneira ética, inclusiva, ativa e democrática. Assim, reafirma-se a escolarização plena como direito inalienável de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BELLO, Luiz. **Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta**. Agência Notícias IBGE, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 4 set. 2025.

BEZERRA, Edneide da Conceição; MENDONÇA, Silvia Regina Pereira de; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva; FARIAS, Mayara Ferreira de. **Escritas de si e processos formativos: reflexões sobre docência na EPT do IFRN Zona Leste** [livro eletrônico] / Edneide da Conceição Bezerra, Silvia Regina Pereira de Mendonça, Francinaide de Lima Silva Nascimento, Mayara Ferreira de Farias (organizadoras). – Natal: IFRN, 2024. 140 p.; il ; PDF ISBN: 978-65-84831-41-4. Disponível em: <https://share.google/IVNaxHXffPJ29dmrA>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. 2. ed. – Brasília, DF : Inep, 2024. 625 p. : il. ISBN 978-65-5801-074-6 (impresso). ISBN 978-65-5801-071-5 (on-line). Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

¹BRASIL. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional** / Plano Nacional de Educação – Secretaria de Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação MEC/Fundação Joaquim Nabuco, [Livro Digital], Editora Anpae, 2025. Contém ilustrações, tabelas e gráficos. 290 p. ISBN: 978-65-87561-56-1. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/documentos/diagnostico-educacao-nacional.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

²BRASIL. **RELATÓRIO GTI** da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. VERSÃO PRELIMINAR | 2025. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. 2025. 478p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnept/relatorio-GTI.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

³BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnept>. Acesso em: 27 nov. 2025.

⁴BRASIL. Ministério da Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025**. Educação Básica do Brasil. 12ª edição do Anuário. Todos pela Educação, Fundação Santillana e Editora Moderna. 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/o-anuario.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CASTAMAN, Ana Sara; FERREIRA, Liliana Soares. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF:

MEC/SETEC, 2025.

CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Práticas educativas na EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2025.

LUCENA, Adelmo. **Pesquisa revela que 10,1% das pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas em Pernambuco**. Diário de Pernambuco. Publicado em 22/03/2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/10-1-das-pessoas-com-15-anos-ou-mais-sao-analfabetas-em-pernambuco.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MOURA, Dante Henrique. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2025.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva; VIEIRA, Maria do Socorro Tavares Cavalcante. **Memórias e vivências: saberes e fazeres nas Escolas Indígenas Pankararu/** Edivania Granja da Silva Oliveira, Maria do Socorro Tavares Cavalcante Vieira (Orgs.) VII, 2019, 248p.: il. Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-64794-13-9. Disponível em: <https://share.google/QdaDvRN9U7AVWZUnT>. Acesso em: 16 set. 2025.

QUIRINO, Raquel. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2025.

SANTOS, Fábio Alexandre dos; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. **Práticas Educativas Integradoras na Educação Profissional Tecnológica** [E-book] / Fabio Alexandre Araújo dos Santos, Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares (organizadores). – Natal, RN: Editora Famen, 2021. 1,71 Kb ; PDF ISBN 978-65-87028-02-6 DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.11>. Disponível em: <https://share.google/Knf5VAdAuLi0uU54i>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS; Robson dos; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth Maia de; MORAES, Gustavo Henrique; SILVA, Susiane de Santana Moreira Oliveira da. A Educação de jovens e adultos entre o direito inconcluso e a exclusão silenciada. Desafios ao novo plano nacional de educação. **CADERNOS DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS** – v. 8 (2023): Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. DOI: <https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5765>. p. 11-43. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5765/4303>. Acesso em: 04 set. 2025.

SANTOS, J. M. O., Estevam, R. A., & Martins, T. de M. (2018). PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA. **Ensaios Pedagógicos**, 2(1), p.45–53. v. 2 n. 1 (2018): JAN./ABRIL - ESTRATÉGIAS PREDOMINANTES NA PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO /DOSSIÊ TEMÁTICO. DOI:<https://doi.org/10.14244/enp.v2i1.64>. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/64>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF:MEC/SETEC, 2025.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação e Ciência de Espanha. Disponível em:
[https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 16 set. 2025.

VERISSIMO, Natalia Barbosa; PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. **Práticas Pedagógicas Inclusivas: estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem** / Organizadoras Natalia Barbosa Verissimo, Jacqueline Lidiane de Souza Prais – Tutóia, MA: Diálogos, 2023. 185p. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/725837/2/Pr%C3%A1ticas%20Pedag%C3%B3gicas%20Inclusivas%20%20estrat%C3%A9gias%20e%20possibilidades%20de%20ensino%20e%20aprendizagem.pdf> . Acesso em: 9 abr. 2025.

ZANIN, Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas**. Brasília, DF:MEC/SETEC, 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.